



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 06/14

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM
30 DE OUTUBRO DE 2014**

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Miguel Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Rodolfo Soares Marques Pereira, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Luís Manuel Teopisto Cardoso, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, Fernando Manuel Catum Leiria, João Ladislau Teles de Matos e Sérgio Miguel Pratas Duarte.

Pelo Partido Socialista:

Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes e Bruno José Pereira Soares.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

Mário Luís Pintado Alves e Patrícia Pinto Felizes Figueira.

Pelo Partido Social Democrata:

Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram à sessão:

- Pedro Miguel Tarú Canteiro, justificou a sua ausência por motivos de ordem profissional, tendo sido substituído por João Ricardo Figueiredo Lopes.

- Manuel Carlos Bento Fradiano, justificou a sua ausência por motivos de saúde, Mário Boieiro por motivos de ordem profissional e Maria Amélia Martins Faria dos Santos, tendo sido substituído por Rute Dâmaso de Pinho Nunes.

- João Manuel Alves Nunes do Valle, justificou a sua ausência por motivos de saúde, tendo sido substituído por Pedro Miguel Louro.

Pelo executivo municipal encontravam-se presentes o Presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os Vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Jorge Manuel Pereira Giro, Susana Isabel de Freitas Custódio, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – MOÇÃO : “ÁGUA, UM BEM DE TODOS PARA TODOS”

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereador Jorge Giro:

Explanou as considerações que se prendem com a apresentação da proposta à Assembleia, após votação em reunião de Câmara, vincando nomeadamente contra a posição do Governo e a solidariedade para com os 44 mil cidadãos de todos os quadrantes políticos que se manifestaram, criando um projeto de Lei que foi chumbado pela maioria PSD – CDS-PP, o qual visava a defesa da água ao serviço do bem público e da esfera pública.

- Paula Pereira:

Afirmou que a bancada da CDU, sempre defendeu a água como um bem público e aproveitou para lembrar que privatizar serviços públicos é sempre torná-los piores e mais caros, ou seja substitui-se equidade económica e social por lucro.

Chamou a atenção para o que se passa em Paris e em Berlim, que estão a regredir na privatização da água, ou seja, privatizaram a água e agora estão a municipalizá-la de novo.

- Luiz Batista:

Considerou este assunto uma miragem, porque nunca viu nada escrito, a não ser esta proposta da CDU, acrescentando que o Governo PSD/CDS-PP também defende que a água é um bem de todos e para todos, embora entenda que tem que haver sustentabilidade no sistema.

Mais disse, que o Governo não tem intenção nenhuma de privatizar a água.

- Patrícia Figueira:

Informou que a bancada do CDS-PP também é a favor da água como um bem público essencial e defende que assim deve continuar a ser, ou seja, deve ser o Estado a fazer a gestão e definição da política da água. Porém ao atentar no texto da moção, não encontra na Lei correspondência relativas às preocupações do senhor vereador Jorge Giro.

- Luiz Batista:

Na sua opinião, o que está a ser feito pelo Governo, mais não é que uma reorganização do sistema para lhe dar sustentabilidade para se continuar a ter acesso à água nas condições em que a temos e se possível melhorar ainda mais.

- Vereador Jorge Giro:

Retorquindo, afirmou que não vê miragens, antes pelo contrário, são os membros do PSD e do CDS-PP que as vêm, porque a miragem em relação à água é a mesma que existe em relação à Educação, que também devia ser para todos e não é, assim como a Saúde que também devia ser para todos e não é, não esquecendo os resíduos.

O argumento de que o Governo tem como preocupação a existência de uma maior equilíbrio nas tarifas é uma falsa questão, dado que não se podem equiparar as grandes áreas metropolitanas ao interior do país.

Mais disse, que a água em Alcochete é naturalmente boa, porque é bem tratada e bem cuidada. A Câmara de Alcochete sabe tratar daquilo que tem de bom o concelho, conseguindo até ter uma percentagem de tratamento de água superior à média nacional, superando até as metas nacionais ao nível do PEASAR.

Informou também que a partir de 2016 a ERSAR passa a ser autónoma (não receberá verbas do Estado) e como tal necessitará de arranjar receitas.

Submetida à discussão e votação, a Assembleia deliberou subscrever a moção por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 2 votos contra do PSD.

Fizeram declaração de voto:

- Patrícia Figueira, em nome do CDS-PP.
- Luiz Batista em nome do PSD.

PONTO 2 – AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Referiu que é a segunda vez que a Assembleia Municipal se debruça, analisa e prepara para deliberar acerca desta matéria. É também do conhecimento de todos a origem, a génese do problema, que fez com que a Câmara Municipal tivesse de submeter à consideração da Assembleia a anulação do procedimento inicial e também tivesse tido a necessidade de reiniciar esse mesmo procedimento.

A origem deste problema teve a ver com a implosão do Banco Espírito Santo, depois transformado em Novo Banco e mais ainda com o “BES Bom” e com o “BES Mau” e ainda com uma notificação feita à Câmara de que não obstante haver contratos outorgados por responsáveis, quer do BES quer do Novo Banco, de não assunção dos compromissos financeiros firmados com a Câmara. Perante esta circunstância,

considerámos preferível quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal ser mais prudente reiniciar todo o procedimento.

Foram consultadas doze instituições, das quais obtive uma resposta e cinco propostas.

Salientou que esta nova operação financeira é muito mais vantajosa para a Câmara e para o Município no seu conjunto e também para a população.

O comportamento do Novo Banco foi absolutamente censurável, porque provocou danos ao município de Alcochete, os quais se encontram em avaliação e sobre os quais se tomará a seu tempo uma posição sobre este incumprimento.

A proposta do PSF já é compatível com as normas constantes da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2015 que se encontra neste momento a tramitar no processo legislativo da Assembleia da República.

De seguida, o senhor presidente da Câmara, com a permissão do senhor presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Jorge Pinto, autor da proposta de plano de saneamento financeiro, para prestar as explicações técnicas sobre o mesmo.

Após a intervenção do Dr. Jorge Pinto, registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Perguntou: aquando do empréstimo que foi feito, dos 7 milhões, era de facto para resolver o empréstimo feito junto da Caixa Agrícola, que está com um juro perfeitamente incomportável?

Apesar de o senhor presidente afirmar que há vontade de o renegociar, tem dúvidas, e o melhor era ir buscar o dinheiro a quem de facto empresta mais barato.

- Patrícia Felgueira:

Entende ser lamentável a situação económica e financeira a que o município chegou, dado que resulta de má gestão porque também foram herdados três milhões de euros em dívida por parte do executivo PS. A má gestão, não só se refletiu na ausência de ajustamento da despesa face á receita e também porque foi feito um diagnóstico incorreto, porque assenta numa instrumentalização de luta contra o Governo central, quando na verdade os sucessivos executivos não tomaram medidas para travar a trajetória ascendente da despesa. Não apostaram investir nas zonas de desenvolvimento industrial nem tão pouco elaboraram planos estratégicos inclusive para o comércio local. Faltaram sinergias com vista à autonomização de resultados e recursos, não se envolvendo os cidadãos, as empresas e as associações na gestão dos orçamentos (orçamentos participativos).

Deu os parabéns ao presidente da Junta de Freguesia de Alcochete pela realização da I Feira da Inovação e do Empreendedorismo que teve lugar no passado fim de semana. Também não foram executadas e contribuíram para este resultado, medidas de

modernização administrativa, assim como não se candidataram a programas de distribuição gratuita de fruta e hortícolas.

Salientou também que algumas das obras emblemáticas que o executivo enumerou, obtiveram participações bastante elevadas não tendo, portanto, sido suportadas na íntegra pelos cofres da Câmara.

Apesar de saberem que o problema financeiro não fica resolvido, irão viabilizar o plano apresentado na esperança que com ele seja devolvido o bom nome e a dignidade de Alcochete, comprometendo-se a envidar todos os esforços para que o PSF seja escrupulosamente cumprido, assegurando o seu acompanhamento e a sua execução.

- Fernando Leiria:

Indignou-se com o facto de alguns membros da Assembleia pedirem respeito ao Presidente da Assembleia, quando são eles que aqui passam o tempo a chamar incompetentes e mentirosos aos vereadores da Câmara, acrescentando que quinhentos votos valem pouco para poder falar muito.

Teceu ainda comentários referentes ao procedimento dos membros do CDS-PP nas declarações que apresentam, dado inviabilizarem através de declaração de voto, o contraditório.

Na sua opinião, a questão do BES é um assunto muito grave e gostaria muito de saber quem são os acionistas que faliram e os que não faliram com a falência do banco.

Lamentou que num país onde se publica a lista de devedores às Finanças e ao Estado, em nome da transparência, não seria democrático o Estado publicar num portal a lista dos acionistas que devem aos contribuintes cinco mil milhões de euros.

- João Lopes:

Entende que há permanentemente por parte da CDU a necessidade de puxar para o cariz nacional quando se fala de assuntos de âmbito da concelhia do CDS de Alcochete.

Relativamente á venda de património mobiliário da Câmara também entende que o Dr. Jorge Pinto acaba por dar razão ao proferido por um membro do CDS aquando da sessão de Julho.

Lembrou que com regras exatamente iguais para todos os municípios a nível nacional, há os que conseguem ter resultados bastante diferentes daqueles que são os resultados do executivo em Alcochete.

Lamentou que a Câmara não se candidate através de uma mera formalidade de inscrição à atribuição de excedentes de produtos perecíveis, os quais poderiam ser entregues a instituições do concelho.

Quanto à aposta na criação de empresas, entende que os projetos existem e a Câmara não pode ficar sentada na cadeira à espera que eles cheguem.

- Miguel Boieiro:

Fica incomodado quando se olha para Alcochete isoladamente, porque se forem consultados os documentos da ANMP repara-se no panorama terrível de dívidas das Câmaras, da sua situação financeira e económica (Alcochete sempre teve uma má situação económica e agora trata-se da situação financeira) Globalmente todos os municípios estão aflitos, salvo muito poucas exceções, devido à crise e às políticas seguidas.

A presente medida é de facto o ideal para avançar e transformar uma situação financeira má numa situação financeira razoável.

- Presidente da Câmara:

Em resposta e sucintamente, lamentou que os deputados municipais do CDS revelem um desconhecimento absoluto do que é a realidade autárquica no concelho de Alcochete, assumindo-se no entanto, como detentores de suprema sabedoria relativamente a algumas matérias, contudo, foram estas pessoas que no ato eleitoral de 2013 enganaram os eleitores do concelho de Alcochete, quando se apresentaram como uma lista de cidadãos independentes. Na verdade, era uma lista dissimulada do CDS-PP.

Afirmou também, que as contas apresentadas pela deputada Patrícia Figueira não estão corretas. Este executivo sempre foi confrontado com a dívida de três milhões e setecentos mil euros (herdada), mas tem tido um cuidado enorme ao nível da realização da despesa. Não tiveram nem terão parcimónia no que respeita à integração de recursos humanos nos Mapas de Pessoal da Câmara, tentando assim eliminar a precariedade.

Como afirmou o Dr. Jorge Pinto, da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2015, consta uma Norma que vai no sentido de conduzir as despesas com Pessoal nas autarquias até uma percentagem de 35% da receita corrente. Ora, que significa isto senão a privatização de serviços?

Concordou com o deputado João Lopes quando este afirma que a CDU é pródiga em trazer assuntos de índole nacional em detrimento dos municipais, porque na verdade, os assuntos nacionais têm repercussões gravíssimas ao nível dos assuntos concelhios municipais.

Contrariou o deputado João Lopes quando este diz que o PSF não é credível, em termos de alienação de imobiliário citando erroneamente as afirmações do Dr. Jorge Pinto. Aliás, a Câmara não poderia ter receitas ao nível da alienação de imobiliário, porque não se fizeram hastas públicas este ano. O que o Dr. Jorge Pinto afirmou é que ao nível das taxas sobre loteamentos e obras promovidos houve um excedente de receita que foi para além daquilo que estava previsto. Ao nível dos loteamentos ou obras promovidas por particulares, a permissão ficou aquém. Confundiram a alienação do imobiliário com taxas aplicadas a loteamentos e obras particulares, o que demonstra o desconhecimento dos membros do CDS-PP da realidade autárquica.

Contrariou também as opiniões formuladas relativas ao planeamento das áreas industriais, dando como exemplo, entre outros, o polo logístico do Passil que nem

sequer está esgotado assim como a existência de um parque tecnológico na Quinta da Coutadinha.

Lembrou que a Câmara gastou centenas de milhares de euros na revisão do PDM em função de decisões políticas assumidas pelo anterior Governo, mas que com a tomada de posse do atual, tudo foi invertido e o processo de revisão teve que ser suspenso.

Quanto à falta de orçamentos participativos, entende que provavelmente os deputados se encontravam em Marte e não em Alcochete como outros há já muitos anos.

A Câmara experimentou o modelo de orçamento participativo, assim como outros modelos de participação da população, contrariamente a outros que disponibilizam verbas para depois serem priorizadas em termos de investimento pelos cidadãos. A CDU entende que a democracia representativa tem uma lógica de sistema e são os eleitos em função do sufrágio, que também sufraga o compromisso eleitoral, que deve ser implementado.

Congratulou-se com o desenvolvimento de feiras empresariais no concelho em articulação com o IEFP das quais se têm conseguido resultados muito positivos.

Tal como em outras ocasiões, voltou a afirmar que o modelo estatal de financiamento do Poder Local está esgotado. É uma posição unânime no Conselho Diretivo da ANMP independentemente das diferenças político partidárias. Há mais de dez anos que a Câmara não é contemplada com um qualquer investimento da Administração Central, quer no domínio dos contratos-programa quer no domínio dos PIDDAC.

A terminar, lembrou que o CDS-PP deveria assumir publicamente porque pretendia que a Câmara recorresse ao FAM e não ao PSF, porque se assim fosse, seria ainda mais gravoso para as famílias a que acresceria a total perda de autonomia referente às decisões políticas.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor (CDU e CDS-PP) e 5 abstenções (PS e PSD), sendo assim aprovada por maioria dos membros em efetividade de funções, nos termos definidos no número 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como anexar a referida documentação à presente Minuta.

Fizeram declaração de voto:

- Fernando Leiria em nome da CDU;
- Luiz Batista em nome do PSD;
- Iolanda Nunes em nome do PS;
- Patrícia Figueira em nome do CDS-PP.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 23:40 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A COORDENADORA TÉCNICA,